**A LUTA PELO DIREITO À EDUCAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS JOVENS E ADULTOS: DESAFIOS E POSSIBILIDADES NA ALDEIA**

**GUARANI SAPUKAI - ANGRA DOS REIS - RJ**

Elisangela Bernardes do Nascimento (UERJ/CAp-UFRJ)

Rafael de Abreu Ferraz (CAp-UERJ)

**Resumo:**

O presente trabalho considera os conceitos de inclusão/exclusão e busca compreender, a partir de Sawaia (2009), a concepção de dor e sofrimento ético-político como categoria de análise para compreensão da interdição do direito à educação de jovens, adultos e como reagiram diante dessas vivências ao longo da vida. Partimos de uma entrevista compreensiva (Kaufmann, 2013) realizada em 2023, na aldeia Guarani Sapukai, localizada no bairro Bracuí, município Angra dos Reis, Estado do Rio de Janeiro. Na aldeia, entrevistamos Algemiro, liderança indígena de 59 anos, que narrou sobre os desafios para garantir o direito à educação de crianças, jovens e adultos. A partir da narrativa de Algemiro, percebemos movimentos para garantir o direito à educação para o povo Guarani que se aproxima da compreensão de Krenak (2022) na luta pela “educação diferenciada, promovida nos territórios indígenas pelo Brasil inteiro”, onde cada comunidade tem a possibilidade de construir a sua proposta pedagógica.

**Palavras Chaves:** Direito à educação; Jovens e Adultos; Povos indígenas; Direitos Humanos.

**Resumo Expandido:**

Tem um programa instituído no Brasil desde o final da década de 1990, mas que se consolidou principalmente nos últimos vinte anos, que é o Plano Nacional de Educação Escolar Indígena. Trata-se de uma educação diferenciada, aplicada nos territórios indígenas pelo Brasil inteiro, onde cada comunidade tem a possibilidade de moldar o equipamento escolar da forma que decidir. (Krenak, 2022, p. 113)

Na epígrafe deste trabalho, Krenak, ativista e importante liderança indígena, em seu livro “Futuro Ancestral”, faz referência ao Plano Nacional de Educação Escolar Indígena que propõe uma educação diferenciada considerando a diversidade dos povos originários. Neste trabalho em diálogo com as reflexões de Krenak (2022), apresentamos resultados da pesquisa *Constelações analíticas do direito à educação em novos contextos históricos: que sentidos para a diversidade e para a dignidade humana?*, desenvolvida coletivamente pelo Grupo de Pesquisa Aprendizados ao Longo da Vida.

A investigação considera os conceitos de inclusão/exclusão e busca compreender, a partir de Sawaia (2009), a concepção de dor e sofrimento ético-político como categoria de análise para compreensão da interdição do direito à educação de jovens, adultos e idosos e como reagiram diante dessas vivências ao longo da vida.

Partimos de uma entrevista compreensiva (Kaufmann, 2013) realizada em 2023, na aldeia indígena Guarani, localizada no bairro Bracuí, no município Angra dos Reis, Estado do Rio de Janeiro.

Segundo Nobre e Vecchia (2019), “após o processo de auto-demarcação da aldeia junto a FUNAI, em 1994, construíram a Escola Indígena Guarani Kvrigue Ivotyty, na época comunitária e que mais tarde se tornaria Colégio Indígena Estadual Guarani Karai Kuery Renda[[1]](#footnote-1) (p.600;601)”. Os referidos autores também afirmam que a luta dos Guarani Mbya no Rio de Janeiro, por educação escolar indígena diferenciada, não é recente e ainda hoje os indígenas sofrem com o abandono de políticas públicas educacionais por parte do Estado” (p. 600). Nesse sentido, nos alertam que:

É importante lembrar que essa demanda por escolarização nas aldeias Guarani do Rio de Janeiro dura há mais de 10 anos. Uma ACP – Ação Civil Pública impetrada pelo MPF que resultou numa sentença judicial, após anos de trâmites jurídicos por parte do estado, determinou que o Curso fosse implementado. Finalmente, em julho de 2018 as aulas no Magistério Indígena começaram.

Na aldeia, entrevistamos Algemiro, liderança indígena de 59 anos, que narrou sobre os desafios para garantir o direito à educação de crianças, jovens e adultos, destacando que chegou em Angra dos Reis com 25 anos.

A partir da narrativa de Algemiro, percebemos movimentos para garantir o direito à educação para o povo Guarani que se aproxima da compreensão de Krenak (2022) na luta pela “educação diferenciada, promovida nos territórios indígenas pelo Brasil inteiro”, onde cada comunidade tem a possibilidade de construir a sua proposta pedagógica.

Nobre e Vecchia (2019). nos ajudam a compreender o processo de construção de uma educação diferenciada quando anunciam:

O período histórico em que a escola foi comunitária possibilitou a construção de um PPP - Projeto Político Pedagógico junto com a comunidade indígena, em oficinas de formação continuada, das quais participaram os professores da escola, lideranças indígenas, *ramoi* e *jaryi[[2]](#footnote-2),* parteiras e jovens. Foram realizados Encontros Interestaduais, Regionais e um Encontro Nacional de Educadores Indígenas Guarani na Escola Indígena da Aldeia Sapukai nesse período, o que mantinha viva e atualizada a reflexão coletiva entre os professores guarani e que alimentava a construção de um currículo integrado (p.601).

Os autores também afirmam que:

Em 1999, foi criado o NEI-RJ – Núcleo de Educação Indígena do Estado do Rio de Janeiro, que era um fórum interinstitucional estadual de diferentes agentes que atuavam na área de educação escolar indígena no Estado do Rio de Janeiro [...].

O NEI-RJ teve duração de apenas 3 anos (1999 a 2001) e só muito mais tarde, em 2017, é que foi criado o atual CEEEI-RJ - Conselho Estadual de Educação Escolar Indígena no Rio de Janeiro, dentro da estrutura administrativa da SEEDUC-RJ, que ainda se encontra em fase de implementação devido aos trâmites jurídicos da SEEDUC-RJ. Isso demonstra inequivocamente o atraso histórico do Rio de Janeiro, no tocante à uma articulação interinstitucional das políticas públicas para o setor (p. 601).

Nos avanços e retrocessos da luta do povo Guarani, Nobre e Vecchia (2019), nos informam sobre a implantação de turmas de EJA:

Entre 2003 e 2010, foram abertas duas turmas de EJA Guarani Educação de Jovens e Adultos Guarani, para atender às demandas de escolarização no Ensino Fundamental para agentes indígenas de saúde e de saneamento, contratados pela então chamada Fundação Nacional de Saúde (FUNASA). O projeto organizado pela Secretaria Municipal de Educação de Angra dos Reis, em parceria com a FUNASA, Universidades (UFF, UERJ, UNIRIO e UFRJ), FUNAI e Fundação Rondonistas de Santa Catarina, atendeu indígenas das comunidades de Angra dos Reis (Sapukai) e Paraty (Itaxim, Araponga, Mamanguá e Rio Pequeno), formando duas turmas, num total de 35 alunos.

A implantação dessas três turmas de EJA Guarani, ao longo desses onze anos (2003 a 2014) através de projetos educacionais inicialmente criados para atender uma exigência da legislação federal que determinava a obrigatoriedade de conclusão do primeiro segmento do fundamental para agentes comunitários indígenas de saúde e de saneamento, demonstra o descaso histórico que o Estado do Rio de Janeiro mantém com as comunidades indígenas no Rio de Janeiro. A legislação federal que regulamenta a oferta de educação escolar indígena data do final dos anos 1990, a saber: as DCNEEI - Diretrizes Curriculares Nacionais para as Escolas Indígenas - CNE de 1999 e os RCNEInd – Referenciais Curriculares Nacionais para Escolas Indígenas– de 1998 (p.604).

No contexto de exclusão, o nosso entrevistado é exceção. Ingressou na escola na faixa etária entre 7 e 8 anos, posteriormente interrompeu os estudos para casar. Na ausência do Estado na oferta de educação pública, por ter cursado a 4ª série atuou, a pedido da comunidade, como monitor Guarani, uma vez que já tinha feito esse curso no Paraná. Algemiro destaca que ficou trabalhando "por sua conta mesmo". Em 2004, retorna ao seu estado de origem para dar continuidade aos estudos no Ensino Médio:

[...] Eu tinha que voltar para Santa Catarina, devido a não ter essa demanda que a gente tem na aldeia, que nunca é cumprida pelo Estado. No Paraná já estudando lá, completei meu estudo. Lá foram três anos, quatro anos. Aí chegamos aqui e parei de novo, né?

Na minha fala parece que eu parei e depois voltei. Parece que foi rápido mas não é isso, foi em três, quatro anos ou seis anos. Imagine, o período que eu parei muito tempo, a saída de lá de Chapecó, porque não estudei, parei de estudar. Então, acho que quando tinha trinta anos, eu voltei a estudar de novo.

Após a conclusão do Ensino Médio, Algemiro retorna para Aldeia Sapukai em razão da demanda de acesso à educação que se apresentava na comunidade e faz a seguinte narrativa:

Depois de estudado voltei pra cá de novo pra minha aldeia. Aí quando cheguei aqui, [...] me chamaram assim: "Você pode estudar na Universidade Federal do Rio de Janeiro?" Lá no Rio né? Aí fiz inscrição, fiz a prova e passei. Minha graduação foi em sociologia. Fiz mestrado em linguística antes da pandemia.

Algemiro denuncia a condição de violência sistêmica no qual os povos indígenas são submetidos em razão do Estado se mostrar ineficaz para garantir o direito à educação e os demais direitos prescritos na Constituição Federal de 1988 e na Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) de 1948. O que está em jogo não é apenas o direito à educação, mas os sentidos que se atribui a ele:

Nosso colégio aqui, da aldeia, foi reconhecido em 2005. É Colégio Indígena Estadual Guarani Karai Kuery Renda. Mas só que é um colégio, que [...] tem falta de professor, toda coisa do Estado, não é uma coisa que a gente tem discutido e provocado alguma coisa. [...]Temos um currículo próprio, mas só que ainda temos só para primeiro segmento, fundamental I. Agora, o fundamental II é do Estado. A nossa escola é Bilíngue, por isso que nós temos cinco professores de Guaraní, no primeiro segmento, até o quinto ano é só professor de Guaraní. [...]

Assim compreendemos, a partir da narrativa de nosso entrevistado, a ausência do estado na continuidade da política de formação dos povos indígenas de modo a garantir educação bilíngue nos anos finais do ensino fundamental e médio e no acesso à universidade. Esse fato impacta na formação, na prática e na oferta de educação diferenciada, uma vez que é necessário atuar com professores juruá, ouseja não-indígenas, dos quais alguns não tiveram contato com os costumes Guarani. Cabe destacar que diante da ausência de professores indígenas especialistas, os professores juruá recebem formação continuada pelo Instituto de Educação de Angra dos Reis da Universidades Federal Fluminense (IEAR/UFF) para desenvolver trabalho diferenciado.

Dialogando com Krenak (2022), compreendemos a preocupação dos Guarani com a cosmovisão na formação ofertada aos indígenas, pois a lógica de pensar o mundo se distancia da concepção da sociedade moderna ocidental. Os indígenas têm outro modo de ser, sentir e estar no mundo:

As crianças indígenas não são educadas, mas orientadas. Não aprendem a ser vencedoras, pois para uns vencerem outros precisam perder. Aprendem a partilhar o lugar onde vivem e o que têm para comer. Têm o exemplo de uma vida em que o indivíduo conta menos que o coletivo. Esse é o mistério indígena, um legado que passa de geração para geração. O que as nossas crianças aprendem desde cedo é a colocar o coração no ritmo da terra (Krenak, 2022, p. 117,118).

Nessa perspectiva a comunidade Sapukaia segue buscando diálogo com o Sistema Educacional na esfera municipal, estadual e federal para garantir o direito à educação e dignidade humana para os integrantes da comunidade.

Em sua narrativa, Algemiro denuncia a dificuldade de diálogo com o governo ao dizer que "temos um problema, acho que para fazer isso tem que ter uma relação boa com a direção, com a secretaria"; o preconceito; a precariedade da oferta de educação bilíngue em todos os níveis e modalidades de ensino; a violência epistemológica; a falta de reconhecimento do outro, como legítimo (Maturana, 1998), entre outras denúncias, faz portanto uma crítica ao ideário de democracia, principalmente no que tange aos princípios de liberdade e igualdade assegurados nos marcos legais.

**Referências:**

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em 19 maio. 2024.

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. O perigo de uma história única. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. 64 p.

MATURANA, Humberto. Emoções e Linguagem na Educação e na Política. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998.

NOBRE, Domingos Barros; VECCHIA, Anna Beatriz Albuquerque. Magistério Indígena Guarani Mbya no Rio de Janeiro: em busca de uma perspectiva decolonial de educação diferenciada. Revista Interinstitucional Artes de Educar, [S. l.], v. 4, n. 3, p. 599–622, 2019. DOI: 10.12957/riae.2018.38928.

SAWAIA, Bader (org.). O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão.p.97-118. As artimanhas da exclusão. Análise psicossocial e ética da desigualdade social. 9. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

UNIDAS, O. das N. Carta das Nações Unidas São Francisco, 1945.

UNIDAS, O. das N. Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas Rio de Janeiro Nações Unidas, 2008.

1. Lugar dos Sábios [↑](#footnote-ref-1)
2. Avôs e Avós [↑](#footnote-ref-2)